



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

Aos 13 dias do mês de outubro de 2022, pelas 14:00 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, na Sala 3 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Audição de Peticionários - [Petição n.º 341/XV/3.ª](#) - “Manter o Parque de Campismo da Galé”

Relatora: Deputada Clárisse Campos (PS)

A Senhora Deputada Clárisse Campos (PS), relatora da petição supra identificada, começou por dar as boas-vindas aos peticionários presentes: Maria Francisca Vignolo Fernandez, Maria José Prata Pinheiro Antunes, Maria Lucrecia Campos Neves Namora, Rebeca Mateus Ramos de Campos e Tiago Boanova da Silva (1.º Peticionário). Explicou a metodologia adotada para a realização daquela audição e deu de seguida a palavra ao primeiro peticionário.

O peticionário Tiago Boanova da Silva cumprimentou as Senhoras e os Senhores Deputados e agradeceu a realização daquela audição, até por estar em causa um tema muito importante para os subscritores da petição. Disse ser campista há bastantes anos e que há pelo menos 20 anos que passa as férias naquele local muito especial, que é um exemplo do que deve ser um sítio para se desfrutar da natureza.

De seguida, apresentou as petionárias: a Francisca Fernandez e a Maria Prata, que também são campistas e utentes do parque, e fizeram parte da manifestação em frente ao parque de campismo da Galé; a Rebeca Mateus, que encabeça a associação Dunas Livres, que também tem feito uma luta muito interessante ao longo da Costa Dourada (entre Tróia e Melides), enquadrada no espaço em que ela tem trabalhado; e Lucrecia Namora, a residente mais antiga do parque de campismo da Galé, que também tinha sido residente em Tróia e foi empurrada do parque de campismo de Tróia por consórcios de turismo de luxo, e que vê novamente esta situação ocorrer na zona de Grândola.

Prosseguiu, dizendo o seguinte: «Estamos hoje aqui em detrimento de uma zona muito especial para os portugueses, o último reduto para a classe média na zona de Melides,

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

os últimos 32 ha que dizem respeito ao parque de campismo da Galé. Tem-se assistido a uma prevaricação contra toda esta região recentemente. Do conhecimento de todos, um consórcio americano adquiriu 200 ha onde se situa o empreendimento de luxo Costa Terra com lotes a 3 000 000 de euros, um campo de golfe, residências de luxo destinadas a carteiras muito endinheiradas, onde não cabe a classe média portuguesa. Recentemente, este consórcio adquiriu este último reduto: os 32 ha do parque de campismo da Galé. Após esta aquisição, o parque fechou. Foram proibidos campistas, auto caravanistas e cancelados outros serviços como o *glamping* e o acesso aos abrigos e *bungalows*. Foram informados de que o parque estaria em remodelações e que não iria fechar permanentemente. O Presidente da Câmara de Grândola chegou a admitir que o mesmo reabriria no Verão. Tal não se verificou: as praias estiveram vazias durante todo o Verão. Estranham a desmaterialização de serviços recreativos no mesmo, o desmantelamento da zona de *glamping* destinada a turismo internacional, de grande sucesso, virado para a aprendizagem do *surf* bem como a redução da oferta dos serviços de comércio e restauração aos atuais residentes do parque. Tudo aponta para que o parque não volte a abrir. Esta situação causou pânico a muitas famílias: falamos de um local construído e desenvolvido por todo o estrato da sociedade portuguesa ao longo das últimas décadas, um parque muito democrático e muito querido pelo povo português.

Hoje estamos aqui com a responsabilidade de levar algumas respostas a 12 000 cidadãos, que, de forma impressionante, foram assinando a petição, fazendo com que a mesma, ao fim de duas semanas, já tivesse as 7500 assinaturas necessárias para sermos ouvidos na Assembleia da República. Isto diz muito sobre o que o parque de campismo no Alentejo remoto representa a nível social para o povo português. Assim, hoje trouxemos um leque de perguntas e propostas, procurando encontrar o apoio necessário no Parlamento e continuar a luta pela reabertura do parque, nos termos em que até agora conhecíamos.

Estamos a falar de um consórcio que conta apenas no seu portfólio com a construção e manutenção de resorts de luxo e que tem mostrado um enorme desrespeito ambiental pela zona, construindo um campo de golfe em plena zona da rede do parque Natura, a 500 m da costa (algo que eu julgo ser ilegal), sorvendo as águas dos aquíferos naturais da região em tempos da maior seca já vista neste país. Têm-se passeado pela praia, com jipes e motas (temos vídeos de residentes a comprová-lo), destruindo a população



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

das camarinhas, que é uma fruta muito especial que cresce junto à água do mar - é a única que cresce em areias, perto de água salgada.

Queremos saber por que razão o parque não abre, quais os planos para o mesmo e com que ferramentas o Governo nos pode ser útil para a reabertura deste parque. Queremos que esta zona seja considerada de interesse social e que a revisão do seu PDM seja imutável na gestão do parque de campismo, que quem gere o parque de campismo o faça nos termos, com os preçários e serviços que conhecemos.

Uma das duas questões que trazemos para reflexão é a referente ao PDM (pretendem que seja imutável) e que a gestão do parque de campismo, ao qual o povo português tem acesso, se faça. Eles têm 200 ha de resorts de luxo. Aquilo que nós pedimos é que eles tenham apenas os últimos 32 ha para gerir o parque de campismo. Gostávamos também, com o vosso apoio, que questionassem esta administração sobre a calendarização das obras de manutenção ou das supostas obras de manutenção e a respeito de uma data específica para a sua reabertura.»

Intervio de seguida Rebeca Mateus, licenciada em Biologia e mestre em ecologia e gestão ambiental. Disse estar presente para exercer o seu direito de cidadã, de participar ativamente nas decisões de gestão territorial, mas também como representante da Associação de Ambiente Dunas Livres, criada com o intuito de proteger as zonas costeiras, designadamente os ecossistemas dunares entre Tróia e Melides, que são 40 km de costa, o que representa cerca de 4% da costa portuguesa, sendo que talvez sejam os últimos 100% que restam de ecossistema dunar protegido à parte os pequenos exemplos que existem no norte do país em Mindelo e talvez na zona de Peniche.

A associação Dunas Livres criou uma plataforma na qual junta a sua voz a mais nove ONG, inclusive: a Quercus, a Zero, a LPN, a Speco, a Geota, a Spea, a Sciaena, a Ocean Alive e a Iris.

«Queremos manifestar-nos em relação às respostas dadas, nomeadamente pelo Ministério do Ambiente e da Ação Climática, que terá referido que algumas das questões levantadas pelos peticionários e pelo Bloco de Esquerda estão fora do seu âmbito de atuação. A ser assim, gostariam de perceber quem é que no poder central pode fiscalizar o trabalho da Câmara Municipal de Grândola e, eventualmente, do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e da APA (Agência Portuguesa do Ambiente), uma vez que os critérios e requisitos mínimos nem sempre estão a ser



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

cumpridos. Posso desde já dar o exemplo da aprovação de pelo menos oito projetos de megaempreendimentos turísticos de luxo ao longo desta costa e dos planos de gestão das ZEC (Zonas Especiais de Conservação). Forjaram a passagem dos sítios de importância comunitária para Zonas Especiais de Conservação no âmbito da rede Natura, os quais foram feitos com base em calendarizações antigas e desatualizadas. A APA parece não ter informação quantitativa sobre o estado dos aquíferos, algo que lhes perguntei diretamente na consulta pública do plano do programa de ordenamento do território para aquela zona. E também não está a apresentar os relatórios devidos, supostamente obrigatórios, relativamente a este assunto.

Gostaríamos de saber que estudos do ICNF referem que não há valores naturais a proteger na zona do parque e se é possível ter acesso a esses mesmos estudos.

Gostaríamos de saber também quem está a cargo da análise estratégica para aquele território, uma vez que, com as dimensões destes projetos e a forma como estão a ser dispostos ao longo do contínuo do território, é impossível garantir a continuidade ecológica do habitat, porque temos cerca de metade de 40 km a ser ocupados com projetos contínuos. Além de já termos o PDM de Grândola a ser completamente ultrapassado no que diz respeito aos limites para camas turísticas.

A forma como foi realizada a compra do parque campismo é só mais uma gota num copo de água já a transbordar e o facto de não ter sido apresentado nenhum projeto por parte da Discover Land é completamente inadmissível. Esta empresa é conhecida pela destruição que já causou no continente americano e nós estamos a abrir as portas para entrarem pela Europa adentro: já compraram propriedades em Portugal e não só. Temos, por exemplo, um caso polémico ligado a esta empresa em ilhas no Caribe, nas Ilhas Barbados, em que foram acusados de destruição de zonas húmidas e de *greenwashing*. Eles dizem ter eco resorts, mas na realidade é uma empresa que não apresenta ética nenhuma. Será que bastou o investimento de 25 000 000 de euros? Será que é mais um projeto PIN (projeto de investimento com o estatuto de Potencial Interesse Nacional), que de interesse nacional nada tem? É preciso garantir a manutenção do uso do campismo, como pediram os petionários. Esta costa continua a ser usurpada e as pessoas de classe média vão deixar de ter acesso, sendo que esta empresa já fez mais de 280 000 000 de euros com a venda de lotes no terreno adjacente, onde tem o empreendimento Costa Terra. Será que algum deste dinheiro está a ser reinvestido de forma verdadeiramente sustentável na região? Se sim, quanto?

Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

Do que estamos a ver, eles têm patrocinado bastantes eventos na região, mas todos sabemos que isso é uma mera ninharia ao pé do dinheiro que estas empresas têm. Como é possível ter um novo POC (Programa da Orla Costeira) que obriga à redução de apoios de praia com mais de 300 m² e em simultâneo termos hectares, às vezes centenas deles, a ser vendidos a estas empresas? Neste momento, são mais de 32 ha nas mãos da Discover Land e tudo isto num cenário de alterações climáticas em que a empresa constrói campos de golfe a 500 m da linha de costa, quando é proibido construí-los a menos de 2 km. Temos este ano um bom exemplo da seca extrema, que está só a começar, porque os cenários de alterações climáticas apontam para um futuro muito pior. De que forma é que vamos explicar tudo isto à população quando não houver água para beber? Como é que permitiram a instalação de campos de golfe num local sensível e que vai possibilitar o avanço da cunha salina do aquífero e a sua contaminação? E a agricultura? E tudo o resto? Este ano, na Fonte dos Olhos, em Melides, houve vários dias em que não correu água durante o Verão e os habitantes locais dizem que não há memória desta fonte ter secado anteriormente.

Por último, uma vez que, a norte, na zona do Carvalhal e em Brejos da Carregueira, já foram colocados em algumas zonas portões com código e que só certos moradores têm acesso a caminhos que antigamente eram públicos e que todos utilizavam para ir à praia, gostaríamos de saber de que forma é que garantem que esta empresa não faz o mesmo e que vai manter os acessos públicos à praia da Galé, que é de todos nós.»

Intervieram de seguida os seguintes Senhores Deputados:

- José Carlos Alexandrino (PS), que, depois de cumprimentar os peticionários e de lhes dar as boas-vindas à casa da democracia, deu-lhes os parabéns pelo posicionamento assumido. Corroborou que os PDM se encontram num processo de revisão, pelo que é importante estar atento, mas quis saber como têm sido os contactos com a Câmara Municipal de Grândola que tutela o ordenamento do território do respetivo concelho e qual é o posicionamento da própria Junta de Freguesia de Melides?

- Luís Gomes (PSD), que agradeceu a presença dos peticionários na Assembleia da República. O Grupo Parlamentar do PSD está presente para ouvir as vossas preocupações e anseios, sendo certo que é preciso ter bem presentes as competências da Assembleia da República relativamente a esta matéria. Porque a competência da



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

gestão do território, no quadro da autonomia do poder local, cabe exclusivamente à autarquia local. Mas também estamos aqui para perceber o que está em causa em termos de direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e de que forma podemos intervir. Quis saber em que data foi tomada a decisão de fecho do parque de campismo, que é privado, de acordo com correspondência trocada com a Câmara Municipal e com o Governo.

Sendo certo que o proprietário é uma empresa americana, questionou, em termos da Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, qual é o uso que está previsto para a zona do parque campismo e se foi aprovado pela câmara municipal algum plano de pormenor ou algum plano de urbanização que abrangesse a área em causa.

Deu ainda nota de que o GP do PSD recebeu algumas reclamações no seguimento do que foi referido relativamente a alguns empreendimentos que estão a surgir e que vedam o acesso dos cidadãos ao espaço público.

De seguida, usou da palavra Maria Prata, que explicou ter contribuído para a criação de um movimento nas redes sociais – “Reabrir a Galé”, do qual constam sínteses de notícias, algumas delas com vários anos. Também disse perceber que, com as perguntas colocadas, não houve tempo para preparar aquela audição.

Explicou de seguida que o parque de campismo foi encerrado em outubro de 2021 e que os residentes continuam a ter acesso ao parque de campismo, ainda que algumas regras tenham sido alteradas, designadamente quanto ao número de convidados. Ou seja, desde outubro de 2021, nenhum campista ou caravanista pôde aceder ao parque de campismo, ainda que esse encerramento nunca tenha sido manifestado publicamente como tal; foi sempre descrito como estando em manutenção.

Relativamente aos contactos com a Câmara de Grândola e com a Junta de Freguesia de Melides, disse que podia falar pelo movimento “Reabrir a Galé”: procuraram por duas vezes contactar telefonicamente e por correio eletrónico a Câmara de Grândola e não obtiveram qualquer resposta.

Houve uma reunião entre alguns residentes do parque de campismo e a Câmara de Grândola, ainda em outubro de 2021, na qual foi assegurado pelo presidente da câmara que o parque de campismo reabriria, mas num outro local, o que lhes pareceu descabido.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

O uso previsto no PDM de Grândola para aquela zona é que se destina exclusivamente a um parque de campismo, mas a verdade é que o parque de campismo foi encerrado para campistas e caravanistas e não reabriu.

Relativamente à queixa sobre o resort Costa Terra – que faz fronteira com a praia da Galé e com a praia da Aberta Nova, que também esteve há pouco tempo envolvida numa polémica - foi construída na praia da Aberta Nova uma vedação no acesso a toda a praia. No POC que consultaram a proposta para a praia da Galé é no sentido da diminuição do número de lugares de estacionamento de 400 para 100. E, tal como já fizeram noutras praias, poderão recuar os parques de estacionamento públicos para cerca de 1 km e meio da praia.

Pelo peticionário Tiago Boanova da Silva foi dito que, em reuniões com o Presidente da Câmara de Grândola, ele mostrou apoio na manutenção do parque, mas tem havido um retrocesso. Por exemplo, a feira de Grândola foi patrocinada pelo consórcio Costa Terra, porque os copos utilizados tinham o respetivo símbolo. Custa-lhe saber que um partido que milita contra a soberba do capital se entregue a consórcios capitalistas desta natureza e desta forma.

É facto que a administração do parque proibiu os caravanistas e os campistas e colocou no *Google* a informação de “parque fechado de forma permanente.” Os residentes vivem com medo de melindrar a administração porque têm investimentos de muitos anos que querem defender, mas perderam serviços, perderam qualidade, perderam toda a parte recreativa do parque.

Gostavam de ser esclarecidos sobre o que se vai passar e contam com a ajuda do Parlamento para esse efeito, a nível de calendarização do processo, se o parque vai ser aberto, em que data; se vai haver revisão do PDM; se é possível tornar o PDM imutável...

Usou da palavra Lucrecia Mateus que disse ter 77 anos e que toda a sua vida foi passada naquele parque. Foi para lá em 1986 e foi lá que criou o seu meu filho. Tem uma casa de madeira, que parece pobre em relação à riqueza que está ali a ser criada, mas que é muito importante para si. Daí que seja com uma dor imensa que viu fechar aquele parque aos campistas e caravanistas. A administração disse aos residentes que, no próximo ano, o parque encerraria também, pelo que estão em pânico.



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

A Deputada Inês Sousa Real (PAN), que se tinha ausentado para intervir noutra Comissão, usou da palavra para cumprimentar os peticionários, bem como os presentes.

Disse que também já teve oportunidade de visitar o parque da Galé com alguns representantes da comissão de moradores, o qual conhece desde muito nova. Tem noção da riqueza natural da zona bem como o sentimento de pertença de quem lá habitualmente passa as suas férias e tem laços com a comunidade. Por isso, é com alguma estupefação que tem vindo a assistir à falta de uma avaliação de impacto ambiental mais séria em relação a este projeto. Disse que o PAN apresentou uma iniciativa legislativa na sessão passada, precisamente para ponderação dos termos em que foram permitidas as compensações ambientais para aquele eco resort. Disse ainda que, uma vez que o PDM pode ser travado pela Assembleia da República, os peticionários contarão com o PAN para intervir no processo em curso.

O Deputado Luís Gomes (PSD) interpelou a mesa para manifestar o seu desagrado pela forma pouco elegante como os peticionários se referiram aos Deputados, cuja presença naquela audição se destina a tomar conhecimento das informações que os peticionários lhes pretendam transmitir, não lhes competindo designadamente fazer pesquisas em redes sociais.

A Deputada Clarissa Campos (PS) disse que pretendia usar da palavra no mesmo sentido e transmitir o seu desagrado pelas mesmas circunstâncias.

Os peticionários pediram desculpa por qualquer melindre que possam ter causado, mas que tal se deve a alguma frustração que sentem. Esclareceram que ainda residem no parque de campismo cerca de 300 famílias, que têm tido pouca voz com receio de enfrentarem a administração e que não tem havido quaisquer conversações nem com a câmara nem com a administração. Daí que peçam a ajuda dos Deputados presentes para que venha a público um esclarecimento honesto e justo sobre o que se vai passar no parque.

A Senhora Deputada Clarissa Campos (PS), relatora da petição, antes de dar por concluída a audição, disse ter ficado sensibilizada com as informações de que tomou



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

conhecimento e que certamente cada um dos Deputados fará o seu trabalho para corresponder ao solicitado.

A audição foi gravada em registo de [áudio](#), dando-se aqui por integralmente reproduzida, dispensando, por este motivo, maiores desenvolvimentos.

A reunião foi encerrada às 14:55 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 outubro 2022.

Pe/A RELATORA Clarisse Campos

(Isaura Morais)



Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local

ATA NÚMERO 26/XV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

José Carlos Alexandrino (PS)
Maria de Fátima Fonseca (PS)
Luís Gomes (PSD)
Maria Gabriela Fonseca (PSD)
Clárisse Campos (PS)
Fátima Ramos (PSD)
Joana Barata Lopes (PSD)
Inês de Sousa Real (PAN)

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Isabel Guerreiro (PS)